

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Luma Santos de Oliveira

**AS LACUNAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL NA
VIDA DE JOVENS E ADOLESCENTES NAS
PERIFERIAS URBANAS: como a realidade
social interfere no processo de formação**

**TAUBATÉ-SP
2019**

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Luma Santos de Oliveira

**AS LACUNAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL NA
VIDA DE JOVENS E ADOLESCENTES NAS
PERIFERIAS URBANAS: como a realidade
social interfere no processo de formação**

Trabalho de graduação apresentado à
Universidade de Taubaté, como parte dos
requisitos para a elaboração do Trabalho
de Conclusão do Curso de Serviço Social.
Orientadora Prof.^a Dra. Angela Michele
Suave

**TAUBATÉ-SP
2019**

SIBi - Sistema integrado de Bibliotecas – UNITAU

O48l Oliveira, Luma Santos de
As lacunas da política educacional na vida de jovens e
adolescentes nas periferias urbanas: como a realidade social
interfere no processo de formação / Luma Santos de Oliveira. -- 2019.
35 f.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Ciências Sociais e Letras e Serviço Social.

Orientação: Profa. Dra Angela Michele Suave, Departamento de
Ciências Sociais e Letras e Serviço Social.

1. Política educacional. 2. Serviço Social. 3. Jovens e
adolescentes. 4. Periferias urbanas. 5. Realidade social. I. Título.

CDD – 362.29

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Luciene Lopes Costa Rêgo - CRB 8/5275

Luma Santos de Oliveira

As lacunas da política educacional na vida de jovens e adolescentes nas periferias urbanas: como a realidade social interfere no processo de formação

Monografia apresentada para obtenção de diploma de Assistente Social no curso de graduação em Serviço Social da Universidade de Taubaté.

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Angela Michele Suave

Professor Examinador

Profissional

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pelas oportunidades colocadas em minha vida. Por me fazer acreditar que sou capaz e ter me dado forças nos momentos de dificuldades. Tenho tantas maravilhas pelas quais agradeço a Deus que direi apenas obrigada, meu Senhor!

Agradeço aos meus pais e meu padrasto, Valdilene, Luiz Henrique e Dorival, que me apoiaram e me incentivaram com as palavras de incentivo e conforto em todos os momentos, sem eles eu não teria chegado onde estou. Obrigada por vocês me aturarem em momentos de nervoso e ansiedade em épocas de provas, por jamais desistirem de mim e do meu processo de formação, por terem deixado de fazer algo pessoal para que eu pudesse concluir meus estudos. Gratidão pela confiança. Amo vocês!

Agradeço aos meus irmãos, Gabriel e Sabrina, com todo meu carinho e gratidão! Amo vocês.

Agradeço a toda minha família, que me deu incentivos e acreditou em mim, tenho orgulho de ser a primeira graduanda da família. Amo vocês!

Agradeço ao meu namorado, Igor, pelo incentivo e paciência nesse último ano, com carinho e gratidão.

Agradeço a todas as colegas de sala que se tornaram amigas do coração (Ketryn, Nathalia, Marina, Melissa, Duda, Ana Laura e Joelma), agradeço pelas palavras de confortos nos momentos difíceis, pelas ajudas naquilo em que eu tinha dificuldades, e a compreensão de todas. Gratidão é o que fica em meu coração.

À Prof.^a Dra. Angela Michele Suave, agradeço pelas orientações e por saber conduzir de maneira tranquila e serena essa fase de tanta ansiedade e cobrança durante a elaboração da pesquisa. Muito obrigada pela sua dedicação e paciência. Gratidão pelo enriquecendo da minha postura profissional e pessoal.

Gratidão às professoras Mônica, Elisa, Juliana e Lindamar pela paciência e pelos conhecimentos passados, contribuindo com o meu processo de formação.

Agradeço às minhas supervisoras, que contribuíram para o meu processo de formação no campo de estágio, pois me acolheram e me passaram conhecimento! Obrigada por dividir comigo seus conhecimentos e experiências profissionais

Gratidão às Assistentes Sociais Ariane, Gislene, Ariadne, Katia e Fabiana. Vocês simplesmente foram fantásticos ao me aturarem.

Em memória, também dedico gratidão a minha avó Vilma; tenho certeza que está muito orgulhosa, sei que de algum lugar e de alguma forma sempre esteve comigo torcendo por este momento chegar.

Agradeço a mim mesma, pelo esforço e dedicação ao longo desses anos! Por não ter desistido quando tudo parecia conspirar contra, por ter aproveitado cada momento, por ter suportado o cansaço e os dias difíceis. Eu acredito em uma sociedade igualitária, oportunidade a todos! “Fiz a escalada da montanha da vida removendo pedras e plantando flores.” (Cora Coralina)

“As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas”

Marielle Franco

“Autoritarismo não existe/ Sectarismo não existe/
Xenofobia não existe/ Fanatismo não existe/
Bruxa, fantasma, bicho papão

Miliciano não existe/ Torturador não existe/
Fundamentalista não existe/ Terraplanista não
existe/ Monstro, vampiro, assombração

“Trabalhos escravo não existe/ Desmatamento
não existe/ Homofobia não existe/ Extermínio
não existe/ Mula sem cabeça, demônio, dragão

Esquadrão da morte não existe/ Ku Klux Klan
não existe/ Neo-Nazismo não existe/ O inferno
não existe/ Tirania eleita pela multidão

O real resiste/ É só pesadelo depois passa/ Na
fumaça de um rojão/ É só ilusão, não, não/ Deve
ser ilusão, não, não/ É só ilusão, não, não/ Só
pode ser ilusão”

(“O Real Resiste”, Arnaldo Antunes)

RESUMO

Buscou-se com esta pesquisa compreender as lacunas da política educacional na vida dos jovens e adolescentes que residem nas periferias urbanas. Essa temática surgiu em decorrência da observação das expressões da desigualdade social que se reproduz nas escolas e também pela falta de investimentos na política educacional. Nesse sentido, objetivo foi o de conhecer como as condições sociais interferem na formação educacional e escolar dos jovens e adolescentes que frequentam o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do Vale do Paraíba, ademais desvelar o significado da Educação para os jovens e adolescentes. Do ponto de vista metodológico foi feito um relato de experiência com base na experiência de estágio em Serviço Social, assim foi possível identificar a demanda dos jovens em relação à formação educacional. Partiu-se do pressuposto de que é importante explicitar o quanto as políticas educacionais podem agregar na vida de um jovem, diante das relações capitalistas. No que se refere à relação da temática com o Serviço Social, sobretudo, foi de grande relevância considerar as aportes da profissão no campo das políticas educacionais, contribuindo com a formação dos jovens e adolescentes, pelo fato de ter embutida na sua formação a capacidade para realizar análise social e de trabalhar o fortalecimento de redes. Conclui-se que há um crescente aumento da desigualdade social no Brasil, afetando a Educação por meio dos cortes orçamentários e com uma política do governo atual de regressão de direitos aos jovens e adolescentes.

Palavras-Chaves: As lacunas da política educacional. Serviço Social. Jovens e adolescentes. Periferias urbanas. Realidade social.

ABSTRACT

This research sought to understand the gaps in educational policy in the lives of young people and adolescents residing in urban peripheries. This theme emerged after observing expressions of social inequality that reproduce in schools and also due to the lack of investments in educational policy. In this sense, the objective was to know how social conditions interfere in the educational and schooling of young people and adolescents who attend the Reference Center for Social Assistance (CRAS) of Vale do Paraíba, in addition to developing the meaning of Education for young people and adolescents. . The methodological point of view was made or was reported based on internship experience in Social Work, so it was possible to identify the demand of young people in relation to educational background. It is assumed that it is important to explain how much educational policies can add to a young person's life, in the face of capitalist relations. It does not refer to the thematic relationship with the Social Work, especially, it was of great importance to consider as contributions of profession in the field of educational policies, contributing to the formation of young people and adolescents, because it was embedded in their formation to perform analysis. Work and strengthen networks. It is concluded that there is a growing increase in social inequality in Brazil, affecting education through budget cuts and with a current government policy of regression of rights for youth and adolescents.

Keywords: Policy gaps. Social service. Young and teenagers. Urban outskirts. Social reality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: Como as condições sociais interferem na formação educacional e escolar dos jovens e adolescentes que frequentam as reuniões do Programa Ação Jovem nos Centros de Referência de Assistência Social(CRAS)	16
CAPÍTULO 2: Desvelar o significado da Educação para os jovens e adolescentes e elencar quais são os elementos que contribuem para a evasão escola	27
CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

A temática ora apresentada refere-se à política educacional na vida dos jovens que moram nas periferias urbanas. Surgiu de questionamentos feitos no campo de estágio – Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Taubaté – em decorrência da desigualdade social que se reproduz nas escolas em suas mais variadas formas e também pela falta de investimentos na política educacional.

O objetivo foi conhecer como as condições sociais interferem na formação educacional e escolar dos jovens e adolescentes que frequentam as reuniões do Programa Ação Jovem nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Para tanto, foi necessário conhecer a realidade socioeconômica dos jovens e adolescentes e os seus impactos na realidade educacional desses a partir dos critérios estabelecidos pelo Programa, além de desvelar o significado da Educação para os jovens e adolescentes e elencar quais são os elementos que contribuem para a evasão escolar.

Nota-se que as políticas educacionais não dão total suporte aos jovens e adolescentes para uma formação de qualidade, tendo em vista que os estudantes da periferia vivem em condição de desvantagem social. Porém, considera-se que há uma contradição dessa realidade com a formalidade jurídica, pois todos jovens e adolescentes têm os mesmos direitos, como estabelece Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL, 1990)

Partiu-se do pressuposto de que é importante explicitar o quanto as políticas educacionais podem agregar no processo de formação de um jovem, diante do cenário capitalista em que vivemos.

Contudo, historicamente, vimos que a escola pública tem sido mais um espaço de reprodução das desigualdades sociais do que, propriamente, de emancipação e transformação social. As políticas públicas têm encarado de modo muito superficial o problema das desigualdades escolares, como se somente a democratização ao acesso fosse, por si só, reverberar no combate a desigualdade social. (ARENHART, 2018, p. 71)

Optou-se por estudar essa temática pelo fato de a indagação sobre os motivos levam alguns adolescentes a terem mais oportunidades que outros em relação à formação educacional no contexto das desigualdades sociais. Essa realidade constantemente é reforçada por políticas sociais com direção neoliberal.

A responsabilidade do Poder Público para com a educação envolve recursos orçamentários vultosos. Em um país como o Brasil, onde a maioria da população situa-se nos limites da pobreza, o direcionamento de recursos do Estado para a área da educação, como a da saúde e as dos demais serviços públicos em geral, não só é fator essencial para promover os desenvolvimentos econômico e social, como constitui importante instrumento para minorar a excessiva desigualdade na distribuição da renda. (GOLDEMBERG, 1993, p. 7)

Convém-nos falar que, no Brasil, a educação está ligada aos interesses políticos e econômicos que coordenam ação educacional. São fatores decorrentes dessas relações que resultam em uma divisão no interior das sociedades.

Quando um povo alcança um estágio complexo de organização da sua sociedade e de sua cultura; quando ele enfrenta, por exemplo, a questão da divisão social do trabalho e, portanto, do poder, é que ele começa a viver e a pensar como problema as formas e os processos de transmissão do saber. É a partir de então que a questão da educação emerge à consciência e o trabalho de educar acrescenta à sociedade, passo a passo, os espaços, sistemas, tempos, regras de prática, tipos de profissionais e categorias de educandos envolvidos nos exercícios de maneiras cada vez menos corriqueiras e menos comunitárias do ato, afinal tão simples, de ensinar-e-aprender. (BRANDÃO, 1998, p. 6)

No que se refere à relação da temática com o Serviço Social, sobretudo, é de grande relevância considerar no que a profissão pode agregar nas políticas educacionais que podem contribuir com a formação dos jovens e adolescentes, pelo fato de ter embutida na sua formação a capacidade para realizar análise social e

econômica por meio da sua inserção na escola, além de trabalhar o fortalecimento de redes.

Deve se salientar que a inserção dos assistentes sociais nos estabelecimentos de ensino não é apenas uma requisição da categoria profissional, mas representa uma necessidade institucional cada vez mais reconhecida em muitos estados e municípios. Pois o assistente social tem sido visto como o profissional que tem formação para fazer uma análise social e por isso tem condições de contribuir com a ampliação do processo educacional, para que crianças e jovens além de terem acesso à educação, possam permanecer no ambiente educacional até completar sua trajetória educacional básica e média, para se ingressar em uma universidade. (OLIVEIRA; SOARES; BATISTA, 2015, p. 5)

Do ponto de vista do trabalho com a rede socioassistencial, evidencia-se que Assistentes Sociais podem trabalhar com aspectos relacionados à consciência social na vida de jovens e adolescentes nas escolas, além de incentivar a luta por políticas educacionais de qualidade. Entretanto, é fundamental que o Serviço Social conheça as demandas sociais e educacionais latentes nas comunidades periféricas urbanas, para que hajam diferentes formas de trabalhar.

Alguns adolescentes e jovens, pela precariedade social e econômica, são inseridos em Programas da Assistência Social, tal como aquele cuja realidade tivemos acesso no campo de estágio.

A Assistência Social é uma política social que garante o direito do cidadão, ou seja, daquele que dela necessitar. Confere apoio às famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

Por sua vez, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) é um modelo de gestão utilizado para operacionalizar as políticas nacionais de assistência social. Vale salientar que a gestão é compartilhada com o financiamento de três entes federados, sendo assim, os recursos para os programas sociais, projetos e serviços do SUAS são oriundos dos orçamentos da União, Estados e Municípios.

No SUAS, as ações assistenciais são organizadas tendo como referência o território onde as pessoas vivem, com as suas diferenças regionais, carências e potencialidades. Os programas, serviços e projetos devem ser desenvolvidos junto às localidades com maior vulnerabilidade social. O atendimento não é mais segmentado, mas atende a família como um todo. Assim, as ações não são mais voltadas para indivíduos isoladamente (criança, idoso,

pessoa com deficiência), mas sim para a família e seus membros, devendo promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a autonomia e o protagonismo de seus membros. O SUAS é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social, prestados diretamente pelo poder público ou através de convênios com entidades de assistência social. No SUAS, as ações assistenciais são organizadas por eixos de Proteção Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. (CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2011, p. 1)

O CRAS possibilita o primeiro acesso das famílias aos direitos socioassistenciais e serve como porta de entrada para os usuários da política de assistência social para a rede de proteção básica. Desenvolvendo ações de inclusão social e familiar, de acolhida, escuta e encaminhamento, trabalha na perspectiva de prevenção e minimização das desigualdades sociais. O CRAS tem por objetivo prevenir situações de vulnerabilidade social por meio de fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários, e propõe um serviço de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Esta pesquisa foi realizada no âmbito da teoria social Marxista, para que possamos ter uma análise da realidade social em que se vivem os jovens e adolescentes, dado que só assim é possível compreender as contradições da realidade, ir além das aparências, e desse modo analisar de forma minuciosa a totalidade.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa.

As pesquisas qualitativas têm se preocupado com os significados dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, crenças, valores, representações sociais, que permeiam as relações sociais. (PÁDUA, 2004, p. 36)

Assim, realizamos um relato com base na experiência de estágio em Serviço Social, levantando situações significativas que provocaram impactos para a discussão sobre o tema.

O relato de experiência é um texto que descreve precisamente uma dada experiência que possa contribuir de forma relevante para sua área de atuação (por exemplo, um curso novo ministrado sobre determinado assunto, um projeto profissional, etc.). Ele traz as motivações ou metodologias para as ações tomadas na situação e as considerações/impressões que a vivência trouxe àquele (a) que a viveu. O relato é feito de modo contextualizado, com objetividade e aporte teórico. Em outras palavras, não é uma narração emotiva e subjetiva, nem uma mera divagação pessoal e aleatória. (ESCRITA ACADÊMICA, 2019)

As experiências no campo de estágio foram desenvolvidas em CRAS do município de Taubaté, especificamente em reuniões socioeducativas com os jovens. Foi possível conhecer as relações sociais que atravessam a vida dos jovens e adolescentes, absorvendo suas práticas cotidianas e as representações de seu contexto e o significado da educação.

Em 2008, o CFESS – Conselho Federal de Serviço Social instituiu a Resolução nº 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Constata-se:

[...] que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica. (BRASIL, 2008, p. 02).

O estágio supervisionado é uma atribuição privativa do assistente social, ou seja, somente um profissional Assistente Social pode supervisionar. Cabe ao profissional analisar se o campo de estágio está na área de Serviço Social e garantir ao estagiário as condições necessárias para estagiar. Conforme ressalta a Resolução nº 533/2008 em seu artigo 5º:

Cabe ao profissional citado no caput e ao supervisor de campo averiguar se o campo de estágio está dentro da área do Serviço Social, se garante as condições necessárias para que o posterior exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética e se as atividades desenvolvidas no campo de estágio correspondem às atribuições e competências específicas previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/1993. (BRASIL, 2008).

Também, realizamos a pesquisa bibliográfica, que ocorre por meio da busca por referências teóricas, publicadas por meio de livros, artigos, entre outros. Essa permite conhecer o assunto pesquisado no material publicado com a finalidade de se obter conhecimentos.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam

unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Logo, a junção de um relato de experiência possibilita alcançar um conhecimento advindo do cotidiano, vindo ao encontro com a pesquisa bibliográfica para responder de forma adequada fundamentado na teoria ao problema de pesquisa. Assim, não serão reflexões vastas e sim calcadas na práxis, ou seja, numa ação refletida teoricamente.

No primeiro capítulo, teve-se por objetivo trazer reflexões sobre a realidade socioeconômica e jovens e adolescentes e os seus efeitos na realidade educacional, visto que o contexto atual está causando muitos impactos.

No segundo capítulo, desvelou-se o significado da educação para os jovens e adolescentes.

Concluiu-se que o crescente aumento da desigualdade social no Brasil, assim como os cortes na Educação no atual contexto, aumentam a demanda da Assistência Social, tornando-a atual e presente na vida da sociedade.

CAPÍTULO 1

Esse capítulo tem como objetivo trazer reflexões sobre a realidade socioeconômica dos jovens e adolescentes e os seus impactos na realidade educacional. Do ponto de vista metodológico, a análise foi feita a partir de uma experiência de intervenção do Serviço Social que provocou impactos significativos para a discussão sobre o tema.

A experiência de estágio no CRAS do município de Taubaté ocorreu pelo período de um ano. As ações supervisionadas pela assistente social responsável ocorreram nos Programas Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Além disso, foi realizado um estágio por um período de 6 meses no Programa Ação Jovem, no qual se tinham reuniões socioeducativas semanais que despertaram o interesse pelo problema de pesquisa.

A equipe mínima de um CRAS é composta por Assistentes Sociais, Psicóloga, Orientador Social, Ajudante de Limpeza Geral e monitoras. Esse equipamento caracteriza-se por ser uma unidade descentralizada, por territórios nos municípios, nos territórios de risco sociais, responsável pela oferta de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Esta unidade pública do SUAS é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no seu território de abrangência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que disponha de espaço físico e equipe compatível. Quando desenvolvidos no território do CRAS, por outra unidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos, devem ser obrigatoriamente a ele referenciados. (CRAS, 2009, p. 9)

O Programa Ação Jovem trabalha com a transferência de renda, instituído pelo Decreto Nº 56.922, de abril de 2011, tem por objetivo promover a inclusão desses jovens na área social e profissional, que vivem em área de extrema pobreza. As famílias com acesso a esse direito são as que têm renda *per capita* mensal de

até meio salário mínimo e que estejam frequentando o ensino Fundamental e/ou Médio. Em meio à transferência de renda, tem como finalidade estimular a permanência ou conclusão do Ensino Básico.

Artigo 3º - São critérios de elegibilidade e seleção para participação no programa: a) ter de 15(quinze) a 24(vinte e quatro) anos de idade; b) estar com o ensino fundamental e/ou médio incompleto; c) ter renda "per capita" familiar mensal de até meio salário-mínimo nacional; d) ser matriculado no ensino regular de educação básica ou Ensino de Jovens e Adultos - EJA Presencial em qualquer época do ano letivo; e) residir, prioritariamente, nos setores censitários de alta e altíssima vulnerabilidade e concentração de pobreza.

§ 1.º Para efeitos desta Resolução, considera-se família a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, moradores em um mesmo domicílio, que contribuam para os rendimentos da unidade familiar e/ou tenham suas despesas atendidas por ela.

§ 2.º Entende-se por renda "per capita" familiar mensal, a soma dos rendimentos mensais líquidos de todos os membros da família divididos pelo total de moradores da casa.

§ 3.º Na soma dos rendimentos mensais, para efeito do Programa Ação Jovem, ficam excluídos os recursos provenientes de programas oficiais de transferência de renda, Benefício de Prestação Continuada, benefícios eventuais e auxílios financeiros emergenciais.

§ 4.º A renda familiar mensal poderá ser declaratória para o caso de famílias que trabalhem no mercado informal, sem registro em carteira profissional, ou cujos membros encontrem-se desempregados e desprovidos de renda. (SÃO PAULO, 2011, p. 2)

Da realidade de adolescentes e jovens surgiram os questionamentos em relação às oportunidades para a formação educacional, pois nesse cotidiano era possível verificar a latência da reprodução das desigualdades sociais advindas da sociedade capitalista que se estendem às políticas educacionais. Essas não dão total suporte aos jovens e adolescentes para uma formação de qualidade, tendo em vista que os estudantes da periferia vivem uma condição de desvantagem social.

Por esse conhecimento foi possível chegar ao objetivo da pesquisa de conhecer como as condições sociais interferem na formação educacional e escolar dos jovens e também desvelar o significado da educação para os jovens e adolescentes, mesmo que essa reprodução da desigualdade os desmotivem. Acredita-se que a educação é libertadora e não domestica. Como a liberdade para o desenvolvimento crítico dos sujeitos, não engessa o pensamento e a ação, é uma práxis capaz de libertar os jovens e adolescentes do pensamento tradicional.

O estágio constitui-se como uma atividade essencial para a formação profissional, possibilitando colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos

no campo do ensino. A vivência cotidiana do exercício profissional abarcou a dimensão técnico-operativa da profissão na sua relação com a dimensão teórico-metodológica e a ético-política.

Para Guerra (2012) as dimensões só existem com a relação umas das outras. A dimensão técnico-operativo é a forma pela qual a profissão ela é reconhecida, e desta dimensão provém a autoimagem que vai dar a visibilidade social à profissão. Vale enfatizar que a intervenção técnico-operativa não é neutra e está intrinsecamente ligada à dimensão ético-política, portanto, aproximando-se de forma efetiva dos fundamentos teóricos da profissão, que compõem a dimensão teórico-metodológica.

É a dimensão que dá visibilidade social à profissão já que dela depende a resolutividade da situação, que, às vezes, é mera reprodução do instituído, e outras, constitui a dimensão do novo. Não é supérfluo lembrar que a dimensão técnico-operativa vela a dimensão político-ideológica da profissão, como aquela pela qual o Serviço Social atua na reprodução ideológica da sociedade burguesa ou na construção da contra-hegemonia. O que se pretende enfatizar é que a intervenção de natureza técnico-operativa não é neutra: ela está travejada da dimensão ético-política e esta, por sua vez, encontra-se aportada em fundamentos teóricos, donde a capacidade de o profissional vir a compreender os limites e possibilidades não como algo interno ou inerente ao próprio exercício profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da própria realidade social. Não obstante, a dimensão técnico-operativa, que se constitui no modo de aparecer da profissão, como profissão interventiva no âmbito da chamada “questão social”, a qual esconde seus fundamentos econômicos e políticos, apesar de necessária, se considerada de maneira autônoma, é insuficiente para dar respostas qualificadas à realidade social. Refletir sobre esta dimensão, suas possibilidades e limites no contexto das respostas às demandas e requisições sócio-profissionais presentes na realidade social e a racionalidade que lhe é conexas é nosso objetivo. (GUERRA, 2012, p. 1)

O processo de estágio, além de contribuir para a nossa formação e para o desenvolvimento profissional, proporcionou uma relação de troca com contribuições à instituição que ofereceu seu espaço, pois foi possível ao estagiário oferecer um olhar mais amplo sobre os fenômenos corriqueiros aos profissionais, trazer inovações para a intervenção por meio do conteúdo teórico da profissão e, dessa forma, demonstrar potencial para contribuir com o crescimento da própria instituição.

Destaca-se que o estágio realizado impactou significativamente a vida acadêmica da estudante, pois proporcionou momentos de convivência com o

cotidiano profissional, dando oportunidades de reflexões da relação teoria *versus* prática. Esse espaço possibilitou o conhecimento de demandas do Serviço Social que expressam a desigualdade social na sociedade capitalista, em que se materializam situações de violação de direitos, com a precarização de condições sociais pela falta de acesso à trabalho, saúde, educação, moradia, dentre outros. Tais violações exigem do profissional uma análise das relações gerais e particulares das relações sociais presentes para que possam intervir nessa realidade e modificar a correlação de forças, a fim de favorecer o acesso aos direitos sociais e às condições de vida desses jovens.

Os sujeitos demandantes de serviços sociais são confrontados com um cotidiano de relações de exclusão e ao mesmo tempo de aceitação ou rejeição das suas exclusões e os profissionais têm o desafio de contribuir para mudanças de trajetórias no processo de empoderamento dos sujeitos em relações de direito, de acesso ao estado de direito e a condições concretas de sobrevivência. (FALEIROS, 2014, p. 05)

O território onde estes jovens e adolescentes residem são territórios periféricos, com o cenário de grandes demandas estruturais. A partir do conhecimento de vivência desses locais, foi possível compreender as condições socioeconômicas dos jovens e adolescentes. É dessa maneira – conhecendo efetivamente as condições objetivas de um território – que o profissional de um CRAS pode contribuir para o acesso a políticas sociais, ou seja, propiciar as condições para o acesso a seus direitos.

Tratar desses contextos significa dar um passo além da identificação individual e/ou familiar, no sentido de reconhecer as condições objetivas dos territórios em que vivem as populações sobre as quais se referem um cadastro, um programa ou um serviço prestado, no âmbito das políticas sociais. Condições objetivas sob o ponto de vista da acessibilidade aos direitos de cidadania (incluindo os direitos à urbanidade), que envolvem não somente seus aspectos formais, mas também e, principalmente, as diferentes informalidades, constituem fator determinante nas estratégias de sobrevivência da sociedade de mercado. Justamente por se localizarem no terreno da informalidade, as informações sobre as estratégias de acessibilidade nem sempre são passíveis de serem capturadas pelas estatísticas oficiais, calcadas em características de pessoas e famílias, de forma desconectada das características e dinâmicas dos lugares onde vivem. (KOGA, 2013, p. 36).

Assim, as expressões da questão social se manifestam no território de convívio dos jovens e estão interligadas diretamente na sua vida cotidiana. A desigualdade social se expressa das mais variadas formas, seja pela falta de oportunidades, seja pela de recursos, as quais acarretam na desmotivação.

A questão social pode ser compreendida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1999, p. 27)

A partir da vivência e do conhecimento do território é plausível identificar a realidade socioeconômica em que vivem os jovens e adolescentes. Os seus impactos, causados pela desigualdade social, atingem realidades educacionais e a renda per capita da família desses jovens. Daqueles que frequentam as reuniões ou grupos no CRAS, a renda mensal é de até meio salário-mínimo, podendo até mesmo apresentar renda zero. A renda da família desses jovens é mínima, alguns de extrema pobreza. Com esse cenário, em momento algum é possível investir em estudos, pois as prioridades ficam em torno da alimentação, moradia e vestimentas.

São utilizados dados do Cadastro Único no CRAS para ter como base a renda *per capita* e mensal da família. O Cadastro Único é a porta de entrada para todos os programas sociais do Governo Federal, Estadual e Municipal, que por meio das informações identifica as famílias de baixa renda, sendo um instrumento de coleta de dados. Com ele, ocorre a inclusão dos cidadãos em programas de Assistência Social e de transferência de renda, com o objetivo de prevenir as situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios que CRAS abrange, desenvolvendo assim as potencialidades.

Conforme dados do jornal *G1*:

O estudo mostra que 17 milhões de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos vivem em situação familiar de pobreza. Quase 1,6 milhão de jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola. Em 2016, 500 mil meninas entre 10 e 19 anos tiveram filhos. E o que também é muito grave: 2,5 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalham. (ESTUDO..., 2018, n. p.)

Esses dados demonstram os impactos causados na realidade educacional dos jovens e adolescentes decorrentes da desigualdade social. Demonstra-se claramente que esses jovens das periferias urbanas não estão confiantes e

preparados, mesmo após a escolaridade. Vê-se ainda que, na maioria das vezes, não é possível finalizar o Ensino Médio. Isso ocorre pela falta de políticas educacionais para atender as especificidades suas demandas, situação que está interligada diretamente a concepções estruturais. A área da Educação Básica é a mais afetada por essa falta de política no atual governo.

De acordo com dados da Revista *Rede Brasil Atual*:

São Paulo – Em março, quando o governo anunciou corte de R\$ 5,8 bilhões nas verbas destinadas às universidades públicas e programas de fomento à pesquisa, que desencadearam [protestos](#) por todo o país, a justificativa utilizada pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) e pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, foi que os recursos seriam aplicados na educação básica, em especial na ampliação da rede de creches pelo país. “A gente não vai cortar recurso por cortar. A ideia é pegar e investir dinheiro na educação básica”, disse então o presidente. Levantamento divulgado nesta segunda-feira (15) pelo jornal *Folha de S.Paulo* mostra que o governo, além de não investir, também “esvaziou” ações voltadas para a educação básica, como programas de apoio a educação em tempo integral, construção de creches, alfabetização e ensino técnico. Os dados foram obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo (Siop). (GOVERNO..., 2019, n. p.)

De acordo com a revista RBA, o atual governo faz cortes também no programa de alfabetização:

Dois programas voltados a erradicação do analfabetismo também foram congelados por Bolsonaro. O Brasil Alfabetizado, que concede bolsas a jovens e adultos e que no ano passado atendia a 114 municípios, foi mantido em apenas uma cidade, ainda assim, por decisão judicial. Em 2017, foram atendidos 244 municípios. Já o Mais Alfabetização, incluído no PDDE e que em 2018 consumiu R\$ 183 milhões, não recebeu nenhum repasse neste ano. Criado durante o governo Dilma, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) teve redução de 58% no número de alunos entre 2018 e 2019. Até abril, os gastos foram de R\$ 40,3 milhões, valor cerca de 10% menor que em igual período do ano anterior, quando foram desembolsados R\$ 44,3 milhões. Em todo o ano de 2018, os investimentos com o Pronatec somaram R\$ 253,1 milhões. (GOVERNO..., 2019, n. p.)

Diante da situação apresentada, de escassez de políticas educacionais adequadas à realidade de precariedade socioeconômica dos jovens e adolescentes das periferias, os jovens acabam por buscar alternativas, seja por meio de trabalhos informais ou mesmo pelo caminho da ilegalidade, como, por exemplo, a sua inserção na criminalidade.

O que se demonstra do ponto de vista da direção governamental é que há uma desresponsabilização do Estado em relação às políticas sociais com base no neoliberalismo. Essa trajetória neoliberal é histórica no contexto brasileiro, haja vista que prioriza o sistema em detrimento da vida social. Há um processo de exploração e degradação da vida, sendo a mais-valia a sua lei fundamental. Esse projeto fortaleceu-se na realidade brasileira com o governo Collor em meados do ano de 1990. Aqui, entende-se que o neoliberalismo é uma redefinição do liberalismo clássico que nasceu nos Estados Unidos da América.

O sistema neoliberal tem o objetivo de ocultar as contradições da luta de classe, desse modo contradizendo as desigualdades sociais. Explicita que a desigualdade social é natural, subjugando os trabalhadores por sua “falta de seu empenho ou vadiagem”.

Cabe ressaltar que este sistema idealiza que todos são livres e têm as mesmas oportunidades, assim colocando ênfase no princípio da meritocracia, que se baseia nos merecimentos pessoais de cada indivíduo, dos seus esforços e dedicações – um devaneio que alimenta as desigualdades sociais.

Por isso a necessidade de problematizar: como um jovem pobre terá as mesmas oportunidades que um jovem de classe média alta? É incabível dizer que terá as mesmas oportunidades: são jovens com os valores fragilizados, que são vítimas da exclusão de seus direitos sociais.

A filosofia neoliberal define a desigualdade como consequência da falta de liberdade imposta pelo Estado aos cidadãos, defendendo a instituição de um sistema de governo em que o indivíduo pudesse ter mais importância do que o Estado. Sua justificativa é que quanto menor a participação do Estado na economia, maior seria o poder dos indivíduos e mais rapidamente a sociedade poderia se desenvolver e progredir para o bem-estar dos cidadãos. Enfraquecendo a classe trabalhadora e diminuindo ou neutralizando a força dos sindicatos, os neoliberais acreditavam que haveria novas perspectivas de investimento e que os capitalistas seriam novamente atraídos para o mercado. (GOIS, 2015, p. 4)

A falta de acesso a direitos básicos como trabalho, moradia, educação, saúde, dentre outros, pode ser substituída pela “atratividade” da criminalidade presente nas periferias, oportunizando o envolvimento de jovens em práticas ilegais ou atos infracionais para os adolescentes.

Esse quadro não determina que todo jovem ou adolescente desempregado ou sem acesso aos seus direitos, necessariamente, irá cometer atos infracionais e práticas ilegais. No entanto, grande parte desses, conforme os dados IBGE, recorrem a essa realidade. É sinalizado que poucos jovens estão se qualificando para o mercado de trabalho e, para a maioria, sua cor/raça agrava ainda mais, pois as pessoas brancas tiveram indicadores educacionais maiores que os das pessoas negras.

Conforme constam os dados do IBGE:

Os resultados do módulo de Educação da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) revelam que houve melhora em praticamente todos os indicadores educacionais do Brasil, entre 2016 e 2018, porém persistem as desigualdades regionais, de gênero e de cor e raça: mulheres permanecem mais escolarizadas do que os homens, pessoas brancas tiveram indicadores educacionais melhores que os das pessoas pretas ou pardas e, as regiões Nordeste e Norte apresentaram uma taxa de analfabetismo bem mais alta e uma média de anos de estudo inferior a das regiões do Centro-Sul do país. (IBGE, 2018)

Diante do exposto, analisa-se que pessoas brancas tiveram indicadores educacionais melhores que os das pessoas negras. Assim, é possível afirmar que os jovens e adolescentes negros sofrem mais com as expressões da desigualdade social.

A proposta do governo atual para essa situação tem girado em torno da militarização da vida social, como, por exemplo, por meio da implantação de escolas militares na rede pública, especificamente nas periferias.

Não são as infâncias que são violentas. Elas são sim violentadas pela sociedade, pela pobreza, pelas favelas, pelas desigualdades sociais, de raça, gênero e isso chega às escolas. (ARROYO, 2019, n. p.)

Uma escola militarizada em um território periférico aumentara os altos índices do crime, a revolta dos próprios estudantes, bem a discriminação dos jovens negros.

Como afirma Maciel (2019) em *Brasil de fato*:

A educação pública é de responsabilidade das secretarias de educação, e não da PM. Ter policiais na gestão é sim um desvio de função, uma vez que muitos sequer têm formação pedagógica para lidar com a diversidade dos territórios. Apresentam-se como gestão compartilhada e jogam no lixo a gestão democrática, os conselhos escolares e os grêmios estudantis. Ferem, por que

impõem um único estilo de comportamento, com corte de cabelos e vestimentas que inibem a individualidade de cada um, a pluralidade dos indivíduos.

Imagina, todo um trabalho para empoderar a população negra a aceitar seu "black", e agora estão em vistas de raspá-lo. O que isso de fato interfere na educação e na disciplina?

A violência não parte das escolas. Ela se dá em um contexto externo, com uma complexidade maior do que se imagina. E, sim, muitas vezes isso é consequência de anos sem políticas públicas e garantia de direitos a estes territórios. Para colaborar, em todas as cidades onde implementam esse modelo, há ausência de vagas para creches. A maioria das escolas não possuem bibliotecas, salas de informática, laboratórios. Não possuem projetos para os jovens no contraturno e são cidades dormitórios. (MACIEL, 2019, n. p.)

Os impactos dessa política na vida dos estudantes alcançam o seu cotidiano escolar, prejudicando o seu processo de aprendizagem educacional e substituindo-o pela repressão e por normas rígidas.

Uma escola que pune o pensamento crítico, impedindo a livre expressão dos educandos, é um espaço opressor. Porém, “preferem ocultar isso, a olhar com seriedade. As infâncias são vítimas de violência e respondem da mesma maneira às violações que sofrem.” (ARROYO, 2019, n. p.). Sendo assim, o governo espera, com o impacto dessa política de militarização das escolas, mentalidades e práticas autoritárias, ou seja, a disciplina. Não há qualquer possibilidade de diálogo, só a mera obediência.

Diante desse cenário regressivo do ponto de vista do direito educacional, o desafio está em garantir o direito a políticas educacionais para todos, em um ambiente de vasta liberdade de pensamentos e da liberdade de expressão, em escola equipadas com educadores preparados. Isto sim é educação com a melhor pedagogia possível.

CAPÍTULO 2

Esse capítulo tem como objetivo desvelar o significado da Educação para os jovens e adolescentes. Na experiência de estágio em Serviço Social foi possível identificar a demanda dos jovens em relação à formação educacional, pois relatavam a falta de oportunidades educacionais advindas da desigualdade social presente nas suas vidas. Ao longo das reuniões socioeducativas no CRAS, foi possível analisar a fragmentação do conteúdo de ensino, dado que os jovens e adolescentes costumavam relatar um pouco do ensino e da escola em si.

Nas reuniões semanais que aconteciam no Programa Ação Jovem, os jovens e adolescentes nos explicitaram que não estavam preparados para o ensino superior, pois avaliam que estão tendo um ensino médio precário. Além disso, afirmam não terem condições de custear uma faculdade particular. Outros jovens dizem que não querem estudar, e sim trabalhar.

Os jovens e adolescentes situaram que a precariedade do ensino médio se dá pela falta de professores. Diziam ao longo das reuniões que os professores não os incentivam, e que desejavam que fossem mais atenciosos e que explicassem melhor o conteúdo.

Foi possível evidenciar que, em reuniões no CRAS, os assuntos estão direcionados ao cotidiano da vida dos jovens e das suas relações sociais, ou seja, a questões específicas da fase da adolescência na realidade social que vivenciam. Identificam que a escola está afastada daquilo que vivenciam em suas relações sociais, visto que tem uma política direcionada apenas ao ensino, a transferência apenas de conhecimento, e não a um olhar que envolva a totalidade da vida dos jovens e adolescentes. Há que se considerar que os sujeitos expressam na escola a sua totalidade.

O autor Miguel Arroyo (2004) afirma que os tempos na vida escolar mudaram, e, conseqüentemente, as pessoas também se transformaram. Os conceitos são outros, e é preciso ter um olhar mais amplo, de todos os ângulos, para a vida desses estudantes.

No processo educacional e nas relações sociais, conseguiremos nos deparar com a imagem quebrada da infância, construída em cima da ingenuidade, e é

alterado por imagens de decadência moral. O autor traz que educar significa tornar o ser humano mais humano. Enfatiza, ainda, que a educação não resolve todos os problemas, mas que faz parte da solução de todos.

Por vezes, nossos alunos, passam anos assistindo aulas onde se explica tudo, menos suas vidas. Porque a escola e seus professores que sabem tanto sobre tantas matérias pouco sabem e explicam sobre a infância, a adolescência, a juventude, suas trajetórias, impasses, medos, questionamentos, culturas, valores? (ARROYO, 2004, p. 305).

A questão da evasão escolar, por exemplo, é uma manifestação dessa relação de distanciamento da escola em relação à vida do jovem que não é compreendido. É preciso ter o cuidado de entender o porquê de esses jovens e adolescentes estarem desistindo do Ensino Médio, de maneira a considerar que esses que vivem na periferia das cidades sofrem o impacto da desigualdade social, ocasionando na violação de direitos e gerando a falta de oportunidades.

Patto (1990) diz que pesquisas confirmam a propriedade de visões preconceituosa:

Tais pesquisas confirmam aos educadores a propriedade de sua visão preconceituosa das crianças pobres e de suas famílias, impedindo-os, assim, de olhar para a escola e a sociedade em que vivem com olhos mais críticos. Dizem para o oprimido que a deficiência é dele e lhe prometem uma igualdade de oportunidades impossível através de programas de educação compensatória que já nascem condenados ao fracasso quando partem do pressuposto de que seus destinatários são menos aptos à aprendizagem escolar. Mesmo assim, fazem renascer, com estes programas, a esperança de justiça social, mais uma vez graças ao papel democratizante atribuído à escola compensatória que supostamente reverterá as diferenças ou deficiências culturais e psicológicas de que as classes “menos favorecidas” seriam portadoras. Geram, desta forma, uma nova versão da idéia da escola redentora: será ela que redimirá os pobres, curando-os de suas deficiências psicológicas e culturais consideradas as responsáveis pelo lugar que ocupam na estrutura social. (PATTO, 1990, p. 50)

A educação deve corroborar com a implementação da cultura do convívio social aos jovens em seu cotidiano, a fim de contribuir para o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, além de favorecer o pensamento crítico de que a Educação está sendo afetada pela desigualdade social. Esse processo se reflete na qualidade do ensino e no entendimento das condições que lhes são impostas, desde

a estrutura física da escola até a metodologia pedagógica, no sentido de superar as dificuldades de aprendizagem e a falta de perspectiva na área escolar.

Patto (1990) reforça o papel do professor nesse processo:

(...) um professor interessado e bem formado maneja o conteúdo do ensino levando em conta as especificidades do alunado, tanto no que se refere as características de sua faixa etária quanto às suas experiências culturais – pode garantir a eficiência da escola. (PATTO, 1990, p. 50).

A autora esclarece que a origem da explicação do “fracasso escolar” está interligada diretamente ao modo capitalista de se pensar, ou seja, quando a escola reforça a mentalidade de que os “problemas” de ordem social estão nos jovens singularmente e não nas expressões da questão social. Ocorre-se uma naturalização da questão social: dizem ao jovem que o déficit é dele. Essa que é uma ideologia que lhe promete uma igualdade de oportunidades impossível, e criando uma manipulação das classes dominantes. Lamentavelmente, os educadores e as escolas se apropriam dessas teorias burguesas, pregando o discurso de uma educação igualitária – o de que “só não consegue uma educação de qualidade quem não quer”, e de que o fracasso escolar do aluno se deve à sua própria desinteligência.

O aumento da demanda social por escola nos países industriais capitalista da Europa e da América e a conseqüente expansão dos sistemas nacionais de ensino trouxeram consigo dois problemas para os educadores: de um lado, a necessidade de explicar as diferenças de rendimento da clientela escolar; de outro, a de se justificar o acesso desigual desta clientela aos graus escolares mais avançados. Tudo isto sem ferir o princípio essencial da ideologia liberal segundo o qual mérito pessoal e o único critério legítimo de seleção educacional e social. (PATTO, 1990, p. 40)

Mediante as fragilidades que existem na Educação, deve-se entender que o Estado precisa implantar políticas educacionais em favor da qualidade na educação. Desta maneira, melhora-se não somente o aprendizado dos jovens que estão na escola, mas também daqueles que evadem. É preciso analisar e compreender os motivos dos jovens para que ocorra uma intervenção pedagógica.

No contexto atual brasileiro, é possível analisar que a Educação está sendo afetada de modo drástico, e que muitos direitos dos jovens e adolescentes estão sendo violados. Portanto, o profissional Assistente Social pode agregar na rede

escolar e em seu espaço, pois trabalha diretamente com as expressões da questão social. Devemos evidenciar que, dentre os princípios éticos fundamentais da profissão, destaca-se o:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos [...]; Ampliação e consolidação da cidadania [...]; Posicionamento em favor da equidade de justiça social [...]; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos [...] e Exercício do Serviço Social sem discriminar, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (BRASIL, 1993, p. 23).

O desmonte da Educação está em curso pelo atual presidente do país, visto que este vetou um projeto que obrigava as escolas a contarem com uma equipe de assistentes sociais e psicólogos nas escolas brasileiras. No entanto, o veto foi derrubado pela Câmara dos Deputados.

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou proposta que obriga as redes públicas de educação básica a terem equipe multiprofissional com psicólogo e assistente social (PL 3688/00). A proposta segue para a sanção presidencial. As equipes multiprofissionais – psicólogos e assistentes sociais – devem desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar. O texto aprovado é um substitutivo do Senado. A relatora, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), votou pela rejeição de um dispositivo do texto que determinava a parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS) para atendimento de necessidades especiais. Ela destacou que a mudança não afeta o objetivo principal da proposta. Com a mudança, o texto determina a atuação de uma equipe para cada rede de ensino (estaduais e municipais). O texto eliminado poderia impor a necessidade de um psicólogo por escola para atendimentos individuais. “O objetivo é que haja uma equipe profissional em cada rede de ensino”, afirmou. Os sistemas de ensino terão um ano, da data de publicação da lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento da norma. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019)

Esta vedação seria um retrocesso na profissão. Nós, como classe trabalhadora, devemos nos posicionar e assumir realmente uma posição de partilha na profissão, com êxito e conhecimento teórico-metodológico para que possamos ter embasamento. Esse é o nosso compromisso de cada dia, presentes em movimento

sociais, visto que é fundamental que tenhamos uma direção claramente posicionada para orientar nossas ações, relações e decisões.

Não havendo um acompanhamento social e educacional diário com os jovens e adolescentes, observa-se que se agrava o problema da evasão escolar, pois muitos deixam a escola devido à necessidade do trabalho, outros pelo envolvimento com o tráfico de drogas, dentre outros motivos que acarretam a falta de estudos na vida desses jovens. No entanto, afirma-se que a educação é fundamental na formação social dos indivíduos – e não somente dos jovens e dos adolescentes, pois ela é um direito de todos.

Estamos vivendo um momento histórico da maior importância em que temos que assumir realmente a coragem de transformar o nosso conhecimento silencioso em conhecimento partilhado. É preciso deixar mais claro o que nós sabemos, assumir que sabemos, pois o saber que o Serviço Social domina vem de todos os seus conhecimentos teórico-metodológicos, mas vem também do conhecimento da realidade onde atuamos. A possibilidade de trabalhar no cotidiano a partir desta perspectiva é de uma riqueza ímpar, e aí se institui uma particularidade de nossa profissão, pois esta é uma profissão de natureza interventiva, com um profundo significado social. O Serviço Social, desde as suas origens, é uma profissão que tem um compromisso com a construção de uma sociedade humana digna e justa. Este é o núcleo fundante de nosso projeto ético-político, é o nosso compromisso de cada dia. O social que está presente na denominação de nossa profissão, é parte de nossa identidade. É um social que é síntese de múltiplas determinações: políticas, econômicas, históricas, culturais. Portanto, para bem realizar o nosso ofício, temos de intervir de modo a alcançar esta gama de determinações, que estão presentes até mesmo no menor ato de nossa vida cotidiana: no atendimento do plantão, na solicitação do benefício, na visita domiciliar. Assim como estão presentes também no trabalho com os movimentos sociais, com lideranças comunitárias, nas negociações políticas. Por todas estas circunstâncias é fundamental que tenhamos uma direção social claramente posicionada para orientar as nossas ações, relações e decisões. Em outras palavras, torna-se indispensável que tenhamos um consistente projeto ético-político profissional. (MARTINELLI, 2016, p. 7)

Por isso, é fundamental que tenhamos assistentes sociais em escolas, uma vez que o Serviço Social pode agregar em variados aspectos da formação dos jovens e adolescentes, levantando as especificidades ligadas diretamente ao período da juventude e adolescência, permitindo a escola adentrar nas vivências singulares e particulares das expressões da questão social na vida dos sujeitos e contribuindo para reduzir a evasão escolar, por exemplo. O trabalho com a consciência dos jovens e adolescentes também pode ser um caminho interessante

para que eles possam apropriar-se de sua própria vida e buscar acessar serviços, programas e projetos que auxiliem no acesso aos seus direitos sociais.

Assim, é fundamental que o Serviço Social conheça as demandas sociais e educacionais latentes nas comunidades periféricas urbanas, para que hajam diferentes formas de trabalhar. Dessa forma, profissional está preparado a criar estratégias para que os jovens possam enfrentar os conflitos em que vivenciam.

Por isso, torna-se indispensável a presença de Assistentes Sociais no contexto escolar, pois cria-se um instrumento de luta contra a desigualdade social.

CONCLUSÃO

Avalia-se que foi possível, no decorrer da pesquisa, apontar algumas lacunas da política educacional na vida dos jovens e adolescentes, e elucidar como a realidade social interfere no processo de formação. Especialmente por usarmos nessa análise o método da teoria social Marxista, que permite de forma minuciosa alcançar elementos da totalidade, compreendendo as contradições da realidade.

A análise do relato de experiência vivenciado no campo de estágio da intervenção do Serviço Social possibilitou absorver as práticas cotidianas e as representações dos jovens e adolescentes no seu contexto, dando ênfase ao significado da educação para eles. Foi possível trazer reflexões sobre a realidade socioeconômica dos jovens e adolescentes e seus impactos na realidade educacional, visto que o contexto atual está causando regressões do ponto de vista de seus direitos sociais.

Com base no referencial teórico estudado e na análise do relato de experiência, constatou-se que os jovens e adolescentes sofrem com a falta de oportunidades educacionais. Infelizmente, essa realidade social interfere no seu processo de formação e tem gênese nas relações de produção e reprodução capitalista. A falta de políticas educacionais é uma expressão da questão social, que faz parte da estrutura do capital.

Conforme constatado no decorrer da pesquisa, faltam políticas educacionais para essa população, o que gera nos jovens e adolescentes uma apatia. Assim, podemos afirmar que no Brasil os jovens e adolescentes sofrem com os impactos da desigualdade social em seu meio social e educacional (escola), e que os impactos provocam neles a falta de oportunidades e de motivação. Alguns, inclusive, optam por trabalhos na adolescência para suprir as necessidades básicas de sua família, ou mesmo são cooptados pela criminalidade.

Concluimos que há um crescente aumento da desigualdade social no Brasil, e que os cortes na educação no atual contexto aumentam a demanda da Assistência Social, tornando-a atual e presente na vida da sociedade. Além disso, conclui-se que é necessário romper com a política do governo atual de militarizar as escolas por

meio de lutas sociais que imponham uma educação baseada nos preceitos da democracia, e com ênfase nos princípios da liberdade pedagógica e de aprendizado.

REFERÊNCIAS

ARENHART, D.; SILVA, M. R. Entre a favela e o castelo: infância, desigualdades sociais e escolares. **Cadernos CERU**, v. 25, n. 1, p. 59-82. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/89149/92025>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

ARROYO, M. G. *Imagens Quebradas: Trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. Escolas militarizadas criminalizam infâncias populares, diz sociólogo. **Brasil 247**, 2 set. 2019. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/brasil/escolas-militarizadas-criminalizam-infancias-populares-diz-sociologo>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL, Código de Ética do Assistente Social. Brasília – CFESS, 1993.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 dez. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara aprova equipe com psicólogo e assistente social nas redes públicas de ensino**. 12 set. 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/584285-camara-aprova-equipe-com-psicologo-e-assistente-social-nas-redes-publicas-de-ensino/>>. Acesso em: 4 dez. 2019.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **O que é Assistência Social?** 2011. Disponível em: <https://cmas.pontagrossa.pr.gov.br/?page_id=29>. Acesso em: 17 fev. 2019

CRAS. *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.000563.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

ESCRITA ACADÊMICA. **O relato de experiência**. 2019. Disponível em: <<https://www.escritaacademica.com/topicos/generos-academicos/o-relato-de-experiencia/>>. Acesso em: 4 dez. 2019

ESTUDO mostra retrato preocupante da realidade de crianças e jovens. **Jornal Nacional**, 23 abr. 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal->

[nacional/noticia/2018/04/estudo-mostra-retrato-preocupante-da-realidade-de-criancas-e-juvenis.html](#)>. Acesso em: 22 set. 2019.

FALEIROS, V. P. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/07.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GOIS, C. C.. O trabalho do assistente social no contexto de crise do capital? Desafios e possibilidades? In: **I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181340/Eixo_2_209.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 nov. 2019.

GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. **Estudos avançados**, v. 7, n. 18, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v7n18/v7n18a04.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

GOVERNO Bolsonaro corta recurso da educação básica. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 15 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/07/governo-bolsonaro-corta-recursos-da-educacao-basica/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: GUERRA, Y. et al. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora (MG): Ed. UFJF, 2012. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl->

IBGE. PNAD Contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem. **Agência IBGE Notícia**, 19 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

IAMAMOTO, M. V.. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

KOGA, D. Aproximações sobre o conceito de território de sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina-PR, v.16, n. 1, p. 30-42, jul./dez. 2013.

MACIEL, M. O triste caso da militarização das escolas no Distrito Federal. **Brasil de fato**, 15 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/15/artigo-or-o-triste-caso-da-militarizacao-das-escolas-no-distrito-federal/>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia. A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise. 2006. Disponível em: <[file:///C:/Users/Gabriel/Downloads/A%20PERGUNTA%20PELA%20IDENTIDADE%20MARTINELLI%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Gabriel/Downloads/A%20PERGUNTA%20PELA%20IDENTIDADE%20MARTINELLI%20(2).pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2019.

OLIVEIRA, E.; SOARES, C. B.; BATISTA, L. L. Representações cotidianas de jovens sobre a periferia. **Rev. Bras. Enferm.** [online]. 2016, vol. 69, n. 6, p.1147-1153. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v69n6/0034-7167-reben-69-06-1147.pdf>>. Acesso em: 20 mar.2019.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 10 ed. Campinas: Papyrus, 2004. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=72nMi8qNRJsC&pg=PA36&dq=o+que+%C3%A9+uma+abordagem+qualitativa+de+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiF5Ny_57DQAhUEEZAKHRbUDPIQ6AEIQjAD#v=onepage&q=o%20que%20%C3%A9%20uma%20abordagem%20qualitativa%20de%20pesquisa&f=false> Acesso em: 15 mar. 2019

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

SÃO PAULO. Resolução SEDES - 009, de 17 de junho de 2011. **Dispõe sobre a Norma Operacional Básica para o Programa Ação Jovem e dá providências correlatas**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/325.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2019